



Abuso na cobrança de honorários foi destaque da semana

A notícia de que aposentados têm sido vítimas de golpe chamou a atenção da advocacia nesta semana. O Ministério Público Federal apura casos em que advogados prometem conseguir aposentadoria a trabalhadores rurais, mas honorários abusivos fazem com que essas pessoas abram mão de boa parte dos valores. A investigação, noticiada pelo programa *Fantástico*, fez a Ordem dos Advogados do Brasil declarar que “a maioria absoluta dos advogados previdenciários atua de forma ética”. A Associação dos Juizes Federais do Brasil também se manifestou, considerando a prática “inadmissível”. *Clique [aqui](#) e [aqui](#) para ler sobre o assunto.*

Árvore envenenada

Um dos personagens mais citados de 2014, o doleiro Alberto Youssef tenta anular todos os processos da famosa operação “lava jato”. Apesar de ter conseguido uma série de benefícios depois de firmar acordo de delação premiada, ele alega que as escutas da investigação foram prorrogadas para recolher fatos novos, o que torna as provas seguintes ilícitas — com base na teoria dos frutos da árvore envenenada. “Interceptou-se para saber se o alvo viria praticar algum crime, fosse ele qual fosse”, afirma a defesa em documento enviado à Justiça Federal no Paraná. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

Prazo limite

O Tribunal de Justiça de São Paulo publicou regras para o projeto que torna obrigatória a avaliação de um juiz, em até 24 horas, de todos os presos em flagrante. A medida entrará em vigor em fevereiro na capital paulista, com um projeto piloto que pode chegar a outras cidades do país. A regulamentação determina que juizes recebam o preso e seu defensor (advogado ou defensor público), além de um representante do Ministério Público. Esse mesmo entendimento fez a Justiça do Rio de Janeiro mandar soltar um homem por não ter sido submetido a audiência de custódia. *Clique [aqui](#) e [aqui](#) para ler sobre o assunto.*

Entrevista da semana

O procurador regional da República Vladimir Barros Aras afirma que a colaboração premiada rompe com o “silêncio mafioso” e permite o fim da impunidade a grupos criminosos. Mesmo assim, ele diz que há outros meios para combater esse tipo de organização, pois a colaboração “não é nem pretende ser a salvação do mundo”. Aras não gosta de usar o termo delação, por carregar uma “carga simbólica de preconceitos”. *Clique [aqui](#) para ler a entrevista.*

Audiência

Medição do Google Analytics aponta que a **ConJur** recebeu 584,9 mil visitas e teve 1 milhão de visualizações de página entre os dias 23 e 29 de janeiro. A terça-feira (27/1) foi o dia com mais acessos, quando o site recebeu 104,6 mil visitas.

O texto mais lido, com 14,1 mil acessos, foi sobre uma petição que define a Previdência Social como “o grande satã”, e seus procuradores como “asseclas do demônio”. Ao solicitar auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, uma segurada disparou uma série de impérios à autarquia. A



Procuradoria Regional Federal da 3ª Região pediu a exclusão das “expressões injuriosas” e enviou ao Tribunal de Ética e Disciplina da OAB uma representação contra o advogado. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

Com 13,3 mil visitas, a segunda notícia mais lida foi sobre decisão da Justiça do Rio de Janeiro que mandou soltar um homem por não ter sido submetido a audiência de custódia, em 24 horas. A 6ª Câmara Criminal do TJ-RJ avaliou que juízes devem verificar a legalidade de prisões em flagrante e avaliar se houve tortura. A falta de previsão no Código de Processo Penal não pode servir de justificativa para a omissão estatal, concluiu o colegiado. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

As 10 mais lidas

[INSS, "o grande satã", é representado pelos "asseclas do demônio", diz ação](#)

[TJ-RJ solta preso que não foi apresentado a juiz em 24 horas](#)

[Erro em anúncio é diferente de propaganda enganosa](#)

[Para advogados, Brasil vive insegurança jurídica nunca antes vista](#)

[Novo estudo mostra porque se roda na OAB ou o que o BBB tem com isso?](#)

[Pensão por morte não pode ser paga ao mesmo tempo à viúva e à concubina](#)

[Novo CPC garante mais honorários e menos trabalho, avalia advogado](#)

[TRF-2 condena advogadas por propaganda de ações contra o INSS](#)

[Curitiba deve manter 70% da frota de ônibus em caso de greve, diz TRT-PR](#)

[Para Moro, forma como diligência é feita não tem “a menor relevância”](#)

Manchetes da Semana

[Advogado não pode ser processado por opinião dada em parecer jurídico](#)

[Compete à Justiça Federal julgar ações de ressarcimento ajuizadas pelo INSS](#)

[Mesmo depois de fazer delação premiada, Youssef tenta anular “lava jato”](#)

[Advogada contratada como associada tem vínculo empregatício reconhecido](#)

[Para Moro, forma como diligência é feita não tem "a menor relevância"](#)

[Empresa do grupo Galvão teve bens apreendidos sem autorização na "lava jato"](#)

[TJ do Rio solta preso que não foi apresentado a juiz em 24 horas](#)

[Abusos de advogados em cobrança de honorários são casos isolados, declara OAB](#)

["Colaboração premiada é importante para romper pacto de silêncio mafioso"](#)

[Receita Federal não precisa avisar partes sobre pauta de julgamento administrativo](#)

[STJ bate recorde e julga 10% mais processos em 2014](#)

Date Created

31/01/2015